

# Nova licença móvel deve ser capaz de promover concorrência”

Especialista em direito das *telecoms* apela ao lançamento da terceira licença até ao próximo ano, para que o mercado seja mais competitivo. Entrega da licença à Angola Telecom criaria interesse de grandes investidores na sua privatização.

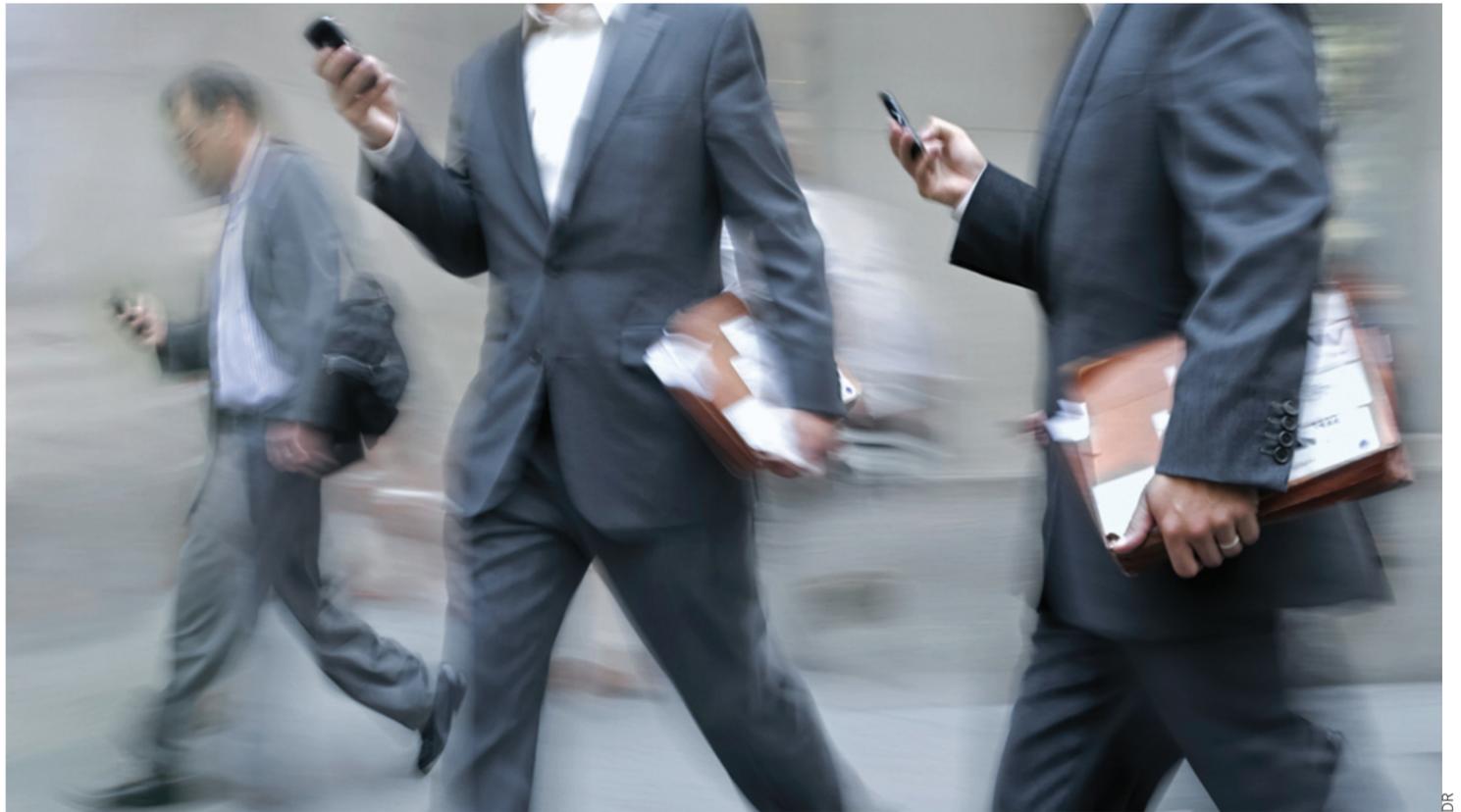
DAVID RODRIGUES

O mercado das telecomunicações angolano precisa de instrumentos de regulação que lhe permitam tornar-se mais concorrencial, defende Octávio Castelo Paulo, advogado especialista em *telecoms*. Em entrevista ao *Expansão*, o jurista luso-angolano do escritório SRS Advogados, de Lisboa – parceiro de Luís Martinho Lunga, da LML Advogados, de Luanda – disse acreditar que o lançamento da terceira rede móvel será uma oportunidade para as empresas competirem melhor entre si.

A legislação angolana do sector das *telecoms*, que data de 2011, é “avançada e sofisticada”, mas faltam alguns regulamentos, explica, aludindo, por exemplo, às regras de portabilidade (que permite mudar de operador móvel mantendo o número de telefone) ou ao quadro que define o espectro radioelétrico e sua utilização.

“São matérias que estão a ser trabalhadas pelo regulador do sector, que está bem preparado para os desafios, apesar de precisar de mais quadros capacitados”, diz o advogado, que participou recentemente em Luanda numa conferência que juntou os reguladores lusófonos das telecomunicações, organizada pela AICEP – Associação dos Operadores de Correios e Telecomunicações dos Países de Língua Portuguesa.

Para Octávio Paulo, o mercado das comunicações móveis em Angola é “interessante”, com receitas médias (ARPU) por clientes “altas” e um “elevado potencial de crescimento”. Nesta altura lembra, há apenas



duas operadoras “algo desequilibradas”, situação que poderia melhorar com o lançamento da licença para a terceira operadora móvel. “Mesmo que ambas concorram com abertura, num mercado onde só há dois operadores não é difícil haver algum alinhamento”, afirma, referindo-se à Unitel, que terá cerca de 70% do mercado, e à Movicel, que disputa a fatia restante.

“A licença que venha a ser emitida tem de promover a concorrência”, defende o jurista, explicando que isso implica que regule, por exemplo, “mecanismos de *roaming*, de interligação e de acesso às redes já existentes, para que a concorrência possa iniciar-se rapidamente” sem que novo operador tenha de construir uma rede nova de raiz.



Octávio Castelo Paulo  
Advogado

**“A nova licença tem de ser bem desenhada para garantir que há mercado”**

Havendo condições de concorrência, “é possível que o mercado seja alvo da atenção de investidores internacionais”.

Um dos modelos que têm sido referenciados, recorda, passa pela atribuição à Angola Telecom da terceira licença e posterior privatização da empresa. “A Angola Telecom tem activos interessantes. Além da rede fixa, está no cabo submarino e tem participações noutras empresas de telecomunicações”, afirma.

Num cenário em que a nova licença móvel seja entregue a esta operadora – que tem tido dificuldade em rentabilizar os investimentos na rede fixa, de reduzida dimensão e por isso pouco utilizada (ver texto em baixo) –, contudo, teriam de ser feitas algumas alterações.

A Angola Telecom não deveria, por exemplo, poder manter-se na Movicel, onde terá 20%, e a rede fixa teria de ser alvo de “forte regulação”, porque a empresa passaria a competir com os operadores móveis, que estão em desvantagem neste caso. “Os concorrentes da Angola Telecom teriam de poder também aceder à rede fixa”, argumenta.

O lançamento da terceira licença móvel é um tema que está em cima da mesa há alguns anos, e a Angola Telecom já manifestou o desejo de entrar neste negócio, que tem crescido muito acima da rede fixa. Em Janeiro passado, recorde-se, a ministra do Comércio, Rosa Pacavira, anunciou que o Governo poderia liberalizar este ano o sector dos serviços, o que poderá criar novos actores nas *telecoms*.

## PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

# Reestruturação da Angola Telecom na agenda

A privatização de empresas do sector empresarial público está prevista no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017, que, contudo, não indica em que sectores o Estado deverá reduzir a sua participação, ou sair, deixando os privados ao ‘comando’.

No entanto, o PND – que prevê a reestruturação da Angola Telecom – refere a necessidade de “assegurar a expansão de qualidade das infra-estruturas de suporte de servi-

ços de informação e comunicação em todas as regiões do País a preços acessíveis”.

Em 2012, ano de base para as projecções do PND, a taxa de teledifusão fixa era de apenas 0,89%. O País tinha 552,8 mil linhas fixas instaladas, mas apenas 169,9 mil estavam ligadas. Até 2017, o Governo quer que a taxa de teledifusão fixa atinja 1,86% e aposta sobretudo em ligar as linhas já existentes (a meta é ter 413,3 mil).

Já em relação à rede móvel,

o panorama é diferente. Em 2012, segundo o PND, havia cerca de 12,46 milhões de utilizadores da rede móvel. Este ano, as projecções do Executivo apontam para a existência de 13,43 milhões de utilizadores, indicador que deverá atingir os 14,761 milhões em 2017.

Também a utilização da *internet* deverá assistir a fortes crescimentos nos próximos anos. Em 2012 havia, de acordo com o documento, 2,220 milhões de utilizadores. Em

**Reestruturação de empresas públicas está prevista no Plano Nacional de Desenvolvimento**

2013, este número terá aumentado em 500 mil, estando previsto que este ano chegue aos 3,24 milhões. Em 2017, o PND aponta para a existência de cerca de 5,6 milhões de utilizadores de *internet*.

O documento indica que a taxa de acesso à *internet* deverá atingir os 2,5% em 2017, partindo de 0,3% em 2010/2011. No ano passado as projecções apontam para uma taxa de acesso de 0,7% e, este ano, de 1%.

D.R.